

**Pequena Central Hidroelétrica
Rio do Braço S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.
Rio de Janeiro RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 11 de março de 2015, que não conteve modificação.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC RJ-057497/O-2

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		35	29	Fornecedores		1.284	95
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.502	549	Financiamentos	9	4.057	4.047
Concessionárias e permissionárias	6	2.029	1.087	Dividendos a pagar	12.d	706	997
Despesas antecipadas		25	25	Compensação ambiental	10	100	100
Imposto de renda retido na fonte		8	28	Impostos e contribuições a recolher		86	87
Outros ativos		32	7	Imposto de renda e contribuição social	8	144	146
		<u>3.631</u>	<u>1.725</u>	Outros passivos		44	60
						<u>6.420</u>	<u>5.532</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	9	27.856	31.719
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.597	1.635			<u>27.856</u>	<u>31.719</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	185				
		<u>1.597</u>	<u>1.820</u>	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		35.431	35.431
Imobilizado	7	70.193	72.583	Reserva legal		604	455
		<u>70.193</u>	<u>72.583</u>	Reserva de retenção de lucros		5.109	2.991
						<u>41.144</u>	<u>38.877</u>
Total do ativo		<u>75.422</u>	<u>76.128</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>75.422</u>	<u>76.128</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas líquidas	13	15.716	14.412
Custo sobre serviços prestados	14	<u>(9.395)</u>	<u>(7.264)</u>
Lucro bruto		<u>6.322</u>	<u>7.148</u>
Despesas Operacionais		<u>(250)</u>	<u>(191)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>6.072</u>	<u>6.957</u>
Resultado financeiro	15	(2.318)	(2.222)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>3.754</u>	<u>4.736</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	<u>(782)</u>	<u>(537)</u>
Lucro Líquido do exercício		<u><u>2.972</u></u>	<u><u>4.198</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Resultado do exercício	2.972	4.198
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>2.972</u></u>	<u><u>4.198</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2013	<u>35.431</u>	<u>245</u>	<u>2.575</u>	<u>-</u>	<u>38.251</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.198	4.198
Distribuição do Resultado do Exercício					
Retenção de Lucros	-	210	2.991	(3.201)	-
Reservas de retenção pagas	-	-	(2.575)	-	(2.575)
Dividendos propostos	-	-	-	(997)	(997)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>35.431</u>	<u>455</u>	<u>2.991</u>	<u>-</u>	<u>38.877</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.972	2.972
Distribuição do Resultado do Exercício					
Retenção de Lucros	-	149	2.118	(2.266)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(706)	(706)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>35.431</u>	<u>604</u>	<u>5.109</u>	<u>-</u>	<u>41.144</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.754	4.735
Ajuste		
Depreciação	2.625	2.627
Juros sobre financiamentos	2.498	2.418
	<u>8.877</u>	<u>9.780</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	(942)	(63)
Despesas antecipadas	0	1
Títulos e Valores Mobiliários	(915)	682
Imposto de renda retido na fonte	20	6
Outros ativos	159	81
Fornecedores	1.189	(62)
Impostos e contribuições a recolher	(260)	3
Outros passivos	(16)	(151)
Juros pagos	(2.402)	(2.476)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(526)	(484)
	<u>5.185</u>	<u>7.317</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(235)	(104)
	<u>(235)</u>	<u>(104)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Pagamento de dividendos	(997)	(3.433)
Amortização de financiamentos	(3.949)	(3.947)
	<u>(4.946)</u>	<u>(7.380)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5	(166)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29	195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>34</u>	<u>29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Sociedade" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Sociedade tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1 de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Sociedade foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Braço, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Sociedade formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Foi assinado, em julho de 2010, contrato de financiamento mediante abertura de crédito entre a Sociedade e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na modalidade *Project Finance*, sendo este um passo importante para estruturação financeira do projeto.

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 01 de março de 2016.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários..

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, sendo que a Sociedade possui somente ativos classificados nas duas primeiras categorias. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita ou despesa financeira" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.3.3 Financiamentos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa. Os financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.4 Valor justo

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.5 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina hidroelétrica. A depreciação do imobilizado está limitada ao prazo de autorização.

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.7 Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.9 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de geração de energia e de receita disponibilizada até a data do balanço, contabilizado pelo regime de competência. A receita é reconhecida com base nos valores estabelecidos no contrato com a Light Esco Prestação de Serviços Ltda..

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Sociedade. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes
- **Modificações à IAS 16 e IAS 41** - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola
- **Modificações à IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização
- **Modificações às IFRS** - Ciclos de Melhorias Anuais 2012-2014
- **Modificações à IAS 1** - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstância.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade avaliou e não identificou indicativo de impairment.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

Salvo pelos depósitos e cauções vinculados e concessionária e permissionárias, a Sociedade não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

<u>Vencimentos</u>	<u>BNDES</u>
2016	3.955
2017	3.955
2018	3.955
2019	3.955
2020	3.429
2021 em diante	12.565
	<u>31.812</u>

Passivo de Curto e Longo Prazo, considerando a taxa anual de juros de 2,05% para a tranche A e C e 4,50% para tranche B.

c. Risco de taxa de juros

A Sociedade está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da TJLP.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixas, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2015, estão descritos a seguir:

i. Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

ii. Financiamentos e debêntures

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos e debêntures são muito próximos dos valores contabilizados.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento da Sociedade, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumariados:

	2015	2014
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	34.277	37.251
Total do patrimônio líquido	41.144	38.877
Índice de alavancagem financeira	0,83	0,96

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

	2015		
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	35		35
Titulos e valores mobiliários		1.502	1.502
Concessionárias e permissionárias	2.029		2.029
Titulos e valores mobiliários		1.597	1.597
	2.064	3.099	5.163
Passivos, conforme balanço patrimonial		Outros passivos financeiros	Total
Financiamentos		31.914	31.914
Fornecedores		1.284	1.284
		33.198	33.198

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2015.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI % (*)			11,54%	15,38%	19,23%
	Aplicações Financeiras	1.525	176	235	293
TJLP			5,63%	7,50%	9,38%
	Empréstimos	-31.914	-1.797	-2.394	-2.994

5 Títulos e Valores Mobiliários

Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários (a)	<u>1.502</u>	<u>549</u>
	<u>1.502</u>	<u>549</u>
Não circulante	31/12/2015	31/12/2014
Fundos vinculados (b)	<u>1.597</u>	<u>1.635</u>
	<u>1.597</u>	<u>1.635</u>
	<u>3.099</u>	<u>2.184</u>

- (a) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de empréstimo com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

6 Concessionárias e Permissionárias

Refere-se às contas a receber de energia gerada ao cliente Light Esco Prestadora de Serviços Ltda.

7 Imobilizado

<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
<i>Custo</i>								
Saldo em 1º de janeiro de 2014	3.530	42.207	16.933	19.420	40	52	388	82.570
Adições	-	-	-	-	-	-	104	104
Reclassificação de ativo diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferencia	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.530	42.207	16.933	19.420	40	52	492	82.674
Saldo em 1º de janeiro de 2015	3.530	42.207	16.933	19.420	40	52	492	82.674
Adições	-	-	-	-	-	-	243	243
Transferencia	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação - compensação de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	(52)	-	(52)
Saldo em 31 de dezembro 2015	3.530	42.207	16.933	19.420	40	0	735	82.865
<i>Depreciação acumulada</i>								
<i>Em milhares de Reais</i>	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensilios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	-	3.986	1.612	1.829	7	30	-	7.464
Reclassificação de ativo diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	1.407	555	654	2	10	-	2.628
Saldo em 31 de dezembro de 2014	0	5.393	2.167	2.483	8	40	0	10.091
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	5.393	2.167	2.483	8	40	-	10.091
Reclassificação - compensação de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	1.407	564	647	1	(40)	-	2.580
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2015	0	6.799	2.732	3.130	10	0	-	12.671
<i>Valor contábil líquido</i>								
Em 1º de janeiro de 2014	3.530	-	15.321	17.591	33	22	388	36.886
Em 31 de dezembro de 2014	3.530	36.814	14.766	16.937	32	12	492	72.583
Em 31 de dezembro 2015	3.530	35.408	14.201	16.290	30	0	735	70.194
% depreciação		16%	16%	16%	24%			

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que autoriza a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

Essa Resolução menciona, em seu artigo 10, a previsão de que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que referem-se as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Face ao exposto acima, a Sociedade, em 2013, ajustou sua estimativa do valor de depreciação dos bens do ativo imobilizado limitando ao seu prazo da autorização (anteriormente realizada pelas taxas da ANEEL publicadas na Instrução Normativa 496/2012).

8 Imposto de renda e contribuição social

A Sociedade vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de geração	<u>16.351</u>	<u>16.351</u>	<u>14.959</u>	<u>14.959</u>
	<u>16.351</u>	<u>16.351</u>	<u>14.959</u>	<u>14.959</u>
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social -(12 %)	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>1.308</u>	<u>1.962</u>	<u>1.197</u>	<u>1.795</u>
Rendimento de Aplicação Financeira	<u>344</u>	<u>344</u>	<u>295</u>	<u>295</u>
Base para calculo do imposto de renda e contribuição social	<u>1.652</u>	<u>2.306</u>	<u>1.492</u>	<u>2.090</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>525</u>	<u>257</u>	<u>349</u>	<u>188</u>

9 Financiamentos

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	2015	2014
Tranche A	TJLP 6% + 2,05%	25.150	27.640
Tranche B	TJLP 4,5%	5.810	7.078
Tranche C	TJLP 6% + 2,05%	954	1.048
Financiamento BNDES - principal e juros		31.914	35.766
Passivo circulante		4.057	4.047
Não-circulante		27.856	31.719

a. O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Vencimentos</u>	<u>BNDES</u>
2017	3.956
2018	3.956
2019	3.956
2020 em diante	15.987
	<u>27.856</u>

b. **Garantias concedidas**

- Penhor de direitos emergentes da Concessão.
- Penhor de Ações.
- Penhor de Direitos Creditórios.

c. **Cláusulas restritivas**

O vencimento da primeira parcela do financiamento do BNDES ocorreu em setembro de 2011.

Após o início da operação a Sociedade fica obrigada a cumprir os seguintes covenants:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, que fora atendido em 31 de dezembro de 2015.

- O índice de capitalização própria de no mínimo 25% do investimento total do projeto, que fora atendido em 31 de dezembro de 2015.

10 Compensação ambiental

	31/12/2015	31/12/2014
Medidas compensatórias	<u>100</u>	<u>100</u>

Por se tratar de sociedade que possui licenciamento ambiental para realização do empreendimento, a Sociedade contribui para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, conforme estabelecido no termo nº 36/2006. Desta forma, a Sociedade procedeu à provisão do valor mencionado no termo/contrato e parte foi realizada nos exercícios anteriores.

11 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava causas com provisão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis.

- (a) A sociedade é parte de um Inquérito Civil Público, em andamento no Ministério Público Federal - Núcleo de Volta Redonda/RJ, onde foi apresentada em 2002, uma representação pela Associação dos Moradores do Vale do Rio do Braço / Santana alegando que a construção da PCH Rio do Braço causaria diversos danos ao meio ambiente.

A Sociedade obteve junto ao IBAMA, todas as licenças ambientais necessárias a implantação do empreendimento e esclarece que cumpriu e vem cumprindo com todas as suas obrigações perante este órgão.

- (b) A Sociedade é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço são de propriedade da União, e que portanto é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas.

A Sociedade entende que a aplicação desse conceito só é válido para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 35.431, representado por 17.096.592 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O capital foi integralizado em sua totalidade pelo Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIPBE).

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei incluindo a dedução de prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos *covenants* do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Sociedade a ser aprovada em conselho de administração.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$ 997, foram pagos ao Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia em 18 de dezembro de 2015.

No exercício de 2015 foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 706, calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2015.

13 Receitas líquidas

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecimento de energia	13.584	12.618
Outras receitas (a)	2.767	2.341
Imposto sobre serviços	<u>(635)</u>	<u>(547)</u>
	<u>15.716</u>	<u>14.413</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

14 Custo sobre os serviços prestados

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal	298	268
Material	170	74
Serviços de terceiros	1.881	1.515
Depreciação	2.625	2.627
Aluguéis	15	26
Seguros	120	127
Impostos e taxas	14	10
Compra de energia elétrica	4.266	2.583
Outros	<u>6</u>	<u>31</u>
	<u>9.395</u>	<u>7.264</u>

15 Resultado financeiro

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas financeiras		
Juros BNDES	(2.498)	(2.418)
Comissões	(60)	-
Tarifas bancárias	(94)	(88)
Outras	(11)	(8)
	<u>(2.662)</u>	<u>(2.514)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	344	292
	<u>344</u>	<u>292</u>
	<u>(2.318)</u>	<u>(2.222)</u>

16 Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 56 milhões para danos materiais, R\$ 10 milhões para responsabilidade civil e R\$ 100 mil para o seguro dos veículos.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Rosane Cristina Marques de Souza
Contadora
CRC 082222/O-9